

017

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



PARA QUÊ, COMO AVALIAR EM PROFUNDIDADE? ANÁLISE DAS DIMENSÕES POLÍTICAS, EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO.

Paulo Junior Barbosa da Silva (UFC)

Paulo Torres Júnior (UFC)

Tiago Amorim Nogueira (UFC)

Alcides Fernando Gussi (UFC)

RESUMO: O trabalho analisa dimensões políticas, epistemológicas e metodológicas de uma nova perspectiva para avaliação de políticas públicas: a avaliação em profundidade, proposta por Rodrigues (2008, 2011, 2016), baseada na abordagem pós-constructivista de Lejano (2012), surgida no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Esta, busca compreender a realidade, indo de encontro aos métodos tradicionais, englobando dimensões relacionadas à lógica da política, efetividade, contexto, transformações espaciais e impactos socioculturais. A busca por novos formatos avaliativos em consonância com a realidade dos contextos socioculturais, buscando o conhecimento da política de forma multidimensional. A metodologia centrou-se na pesquisa exploratória e bibliográfica. Como resultados destacam-se elementos que reforçam a necessidade de como se repensar a agenda “convencional” avaliativa, além de uma virada metodológica em relação aos modelos pré-estabelecidos.

ABSTRACT: The paper analyzes the political, epistemological and methodological dimensions of a new perspective for the evaluation of public policies: the in-depth evaluation proposed by Rodrigues (2008, 2011, 2016), based on the post-constructivist approach of Lejano (2012) of the Master in Public Policy Evaluation of the Federal University of Ceará. This search comprehends reality, going against traditional methods, encompassing dimensions related to the logic of politics, effectiveness, context, spatial transformations and impacts. It is justified in the search for new formats of an evaluation making attentive to the reality of socio-cultural contexts, seeking the knowledge of politics in a multidimensional way. The methodology focused on exploratory and bibliographic research. As results, we highlight elements that reinforce the need to rethink the “conventional” evaluative agenda, as well as a methodological turn in relation to the pre-established models.

INTRODUÇÃO.

O campo de avaliação de políticas públicas como produção técnica no Brasil e no mundo tem sido orientada historicamente em modelos tecnicistas com a busca de resultados direcionados para a verificação da eficiência, eficácia e efetividade.

Essa perspectiva hegemônica e amplamente difundida é alinhada com uma agenda econômica e política neoliberal emergente na contemporaneidade.

Entendendo que as avaliações tradicionais muitas vezes não alcançavam a totalidade da questão social objeto da política, reflexões a respeito desses limites e desafios ganharam centralidade no campo de estudo da avaliação.

Corroborando com esse pensamento, CRUZ (2019) pondera:

Na avaliação de políticas públicas, área em estruturação desde as primeiras décadas do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, usos frequentes de um cabedal instrumental qualitativo, consolidado nas Ciências Sociais, convidam a reflexões sobre limites, alcances e desafios apresentados ao pesquisador/avaliador quando a subjetividade ganha centralidade na produção do conhecimento. (CRUZ, 2019, p.3)

Nesse sentido, ainda que pese historicamente a hegemonia do paradigma positivista no campo da avaliação, fendas têm sido abertas nas últimas décadas, por onde adentra a interdisciplinaridade. Emergem, assim, avaliações com outros desenhos, voltadas para perspectivas epistemológicas e metodológicas com enfoques contra-hegemônicos, em emergência nesse campo (GUSSI; OLIVEIRA, 2016).

Partindo desse entendimento, novas propostas e conceitos acerca da Avaliação de Políticas Públicas vem sendo objeto de pesquisas e estudos, como a perspectiva da Avaliação em Profundidade. E para desenvolver o presente trabalho, como metodologia adotada, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, pesquisando sobre a produção teórica acerca da avaliação em profundidade a partir das discussões travadas por Raúl Lejano (2012) e Lea Rodrigues (2008; 2011, 2016) e sobre os sentidos da avaliação pensados por Gussi (2013) e Gussi e Oliveira (2016, 2016a; 2016b), além da construção de indicadores socioculturais (GONÇALVES, 2008, 2011), como as dimensões política, metodológica e epistemológica. Outro ponto que foi levantado se refere às reflexões que perpassam a Avaliação de Políticas Públicas. Por fim, buscou-se analisar exemplos de práticas avaliativas realizadas sob esta perspectiva, a partir de três dissertações escolhidas do MAPP – Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas¹.

Assim, o presente trabalho se propõe a demonstrar o percurso traçado pelo paradigma da avaliação em profundidade, suas origens e desdobramentos. Trata-se de apresentar o seu delineamento teórico e prático através de estudos, pesquisas e proposições desenvolvidas sob a inspiração desta perspectiva, por meio da caracterização pormenorizada de três dimensões: política, epistemológica e metodológica que permeiam a avaliação em profundidade.

Desse modo, o artigo estrutura-se nos seguintes itens: I) 'Para que avaliar em profundidade' aborda a discussão da necessidade de se repensar a agenda política neoliberal das avaliações convencionais, e, em consonância a isso, na construção de uma nova epistemologia de avaliação; II) 'Como avaliar em profundidade' aponta para a possibilidade de uma virada metodológica dessa perspectiva em relação aos modelos estabelecidos; III) 'Práticas em avaliação em profundidade', apresenta uma análise de dissertações defendidas pelo MAPP (UFC), considerando como se posicionaram diante das dimensões analisadas neste trabalho e os seus resultados, limites e possibilidades. E, finalmente, IV) 'Considerações Finais' apresenta a trajetória de avaliação em profundidade construída no âmbito da Pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP – UFC).

A AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE: UMA TRAJETÓRIA

Na construção da avaliação de uma política pública a tomada pelos objetivos pretendidos se delinea a partir da perspectiva assumida pelo avaliador para capturar o seu objeto avaliativo. Sob essa ótica, diversos são os fundamentos políticos, epistemológicos e metodológicos que embasam a dinâmica de um processo avaliativo, envolvendo abordagens e paradigmas que buscam firmar preceitos dentro de um campo de saber vasto interdisciplinar das Ciências Sociais, que deve toar corpo em uma proposta avaliativa específica.

¹ O Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criado em 11/09/2000 e reconhecido pela CAPES em 16/12/2004. O MAPP conta hoje com cerca de 184 dissertações defendidas, entre 2005 a 2015, que compreendem avaliações de diferentes setores das políticas públicas, abordando temáticas amplas e diversificadas, relacionadas a essas políticas avaliadas. Há que se destacar que, em consonância com o MAPP, criou-se o mestrado acadêmico, recomendado pela CAPES em 11/12/2015, tendo se iniciado em 01/06/2016.

Neste sentido, distanciando-se de abordagens gerencialistas que partem de uma concepção instrumental da avaliação e buscam mensurar os êxitos obtidos a partir da implementação de programas ou políticas públicas e quantificar seus resultados, a Avaliação em Profundidade, (Rodrigues, 2008) empreende uma concepção avaliativa que vai além de indicadores quantitativos e estatísticos, enveredando no campo da compreensão da política pública por meio da busca dos seus sentidos e significados dos sujeitos, do programa/política pública por eles vivenciados, alcançando, assim, uma profundidade analítica, sua essência.

Para tanto, a proposta da avaliação em profundidade toma basicamente quatro grandes eixos de análise:

Análise de conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna, buscando a compreensão de seus objetivos, critérios, dinâmica de implementação, conceitos, noções e valores que conformam os paradigmas orientadores da política e análise da disponibilidade de todos os mecanismos de efetivação da política segundo a sua base proposta teórica e base conceitual (RODRIGUES, 2016, p. 109).

Análise de contexto de formulação da política, priorizando o levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas, com atenção as articulações entre esfera local, regional, nacional, internacional e mesmo transnacional (RODRIGUES, 2016, p. 109).

Análise da trajetória institucional busca, no ato da implementação de ações concernentes a políticas gestadas em esferas superiores, como as diretrizes são compreendidas e reinterpretadas; principalmente quando, em razão dos processos de descentralização, é fornecida autonomia às esferas regionais e locais (RODRIGUES, 2016, p. 109)

Análise do espectro temporal e territorial, diz respeito ao percurso de uma política pelas vias institucionais e espaços socioculturais, ao longo do tempo de sua implementação. Trata evidenciar os deslocamentos da política por espaços políticos, econômicos e socioculturais distintos, uma vez que comporta, não apenas do ponto de vista macro estrutural, o trânsito pelas esferas federal, estadual e municipal, mas a apreensão e efetivação da política em contextos distintos; sujeita, portanto, a uma variada gama de apropriações e interferências – conforme os interesses, jogos de poder e forças políticas locais –, podendo levar a resultados distintos, bem como revelar inadequações na forma como a mesma foi pensada, formulada e implantada, em razão de particularidades que dizem respeito à dimensão sociocultural local e/ou regional (RODRIGUES, 2016, p. 110).

Com isso, o presente trabalho se propõe a construir a trajetória da Avaliação em Profundidade, preconizada por RODRIGUES (2008) como uma proposta que, além de ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional e interdisciplinar (RODRIGUES, 2008, 2011, 2017), por meio de 3 (três) dimensões: A dimensão política (para quem avaliar?), A dimensão epistemológica (Para que avaliar?) e a dimensão metodológica (Como avaliar?). Em seguida, será descrita, pormenorizadamente, cada uma das dimensões da avaliação em profundidade.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO POLÍTICO DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Entender a dimensão política da avaliação implica a articulação de dois pontos importantes, o contexto político onde a política ou o programa se encontra inserido e a dimensão subjetiva do avaliador que se debruça sobre o campo na busca de compreender a política em uma perspectiva experiencial, através da coleta de dados empíricos. Isso exige do avaliador um posicionamento acerca dos limites de sua atuação, e sua relação institucional com os entes estatais.

Nas palavras de CARVALHO e GUSSI (2011):

Para encarnar este potencial democrático, as avaliações de políticas públicas exigem autonomia e independência dos órgãos e instâncias que as efetivam, na perspectiva do exercício da análise e da crítica sem amarras institucionais. Nesse sentido, configuram-se os limites das avaliações de equipes governamentais sobre as políticas que executam, a exigir que os avaliadores estejam atentos e vigilantes para a sua inserção institucional. Ganha relevo a atuação do avaliador externo como garantia de um “olhar de fora”, capaz de efetivar exercício da crítica, sem o envolvimento de quem concebe e executa políticas públicas. (GUSSI; CARVALHO, 2011, p.3).

Gonçalves (2008) entende que as políticas públicas são uma forma de combate a exclusão social, o papel do Avaliador é buscar a consolidação de uma perspectiva avaliativa que esteja em consonância com esses valores, bem como alicerçada em aspectos multidimensionais, transversais, interdisciplinares e que vá de encontro ao estereótipo do interesse ou senso comum, que reflete a própria dinâmica do capital.

Alinhada com esse entendimento, Rodrigues (2008) apresenta uma reflexão acerca da orientação dos modelos analíticos aplicados pelas avaliações tradicionais. Para a autora, os modelos universais quando aplicados em contextos particulares, com total desconsideração das especificidades atinentes a cada situação geram um duplo distanciamento, cujo resultado são fortes omissões e/ou deslizes analíticos (Rodrigues, 2008, p.10)

A Avaliação pode ser entendida, portanto, como uma perspectiva que extrapola o campo metodológico, sendo perpassada por outras dimensões, como a dimensão política e epistemológica.

Carvalho e Gussi (2011) situam a avaliação de políticas públicas como um campo também acadêmico, de construção de conhecimento, com potencial democrático ao exigir 'autonomia e independência dos órgãos e instâncias que as efetivam, na perspectiva do exercício da análise e da crítica sem amarras institucionais' (p. 3) e plural, ao passo que o próprio sentido de avaliar está constantemente em disputa. Assim, alargam o significado da avaliação em profundidade ao delinearem que é este um processo de natureza sócio-política, na medida que encara o esforço analítico de: I) considerar as novas configurações dos padrões contemporâneos de intervenção do Estado; II) adentrar no universo cultural, onde os diferentes sujeitos envolvidos nesta política se movimentam, se constituem; III) circunscrever o jogo de interesses sociais, no âmbito das relações de poder e IV) configurar agendas públicas em diferentes conjunturas (CARVALHO e GUSSI, 2011, p. 6). Destacam, ainda, que esta perspectiva sócio-política é construção processual do avaliador, dando ênfase ao seu lugar sócio-político, que conforma sua 'caixa de ferramentas teóricas e metodológicas', a construir suas concepções de Estado, políticas públicas e avaliação, revelando que este nunca é um exercício desinteressado e formal (CARVALHO e GUSSI, 2011).

A partir do entendimento da dimensão política da Avaliação, torna-se fácil observar que a Avaliação de Políticas Públicas exerce forte influência no processo decisório e, portanto, na criação de indicadores e a escolha do "método" avaliativo refletem interesses colocados em uma agenda de governo para justificar investimentos, cortar gastos ou alterar programas sociais.

Nessa linha, GUSSI (2011) justifica:

Delineia-se, portanto, um espectro de relações entre atores políticos que exige da administração pública a manutenção de um canal de prestação de contas e avaliação das ações implementadas, funcionando como um mecanismo de acesso multilateral entre o Estado e a sociedade organizada. Em outras palavras, governos devem ser accountables, isto é, capazes de responder aos diversos grupos de interesse sobre seus atos e decisões políticas. Nesse sentido, deve haver um conjunto de mecanismos de avaliação que empreguem ferramentas institucionais e não institucionais baseadas na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos ou mídias, atores estes que são capazes de dinamizar o jogo político na medida em que trazem novas questões para a agenda pública, além de pressionar ou influenciar o processo decisório e, ainda, expor os erros e falhas do governo (GUSSI, 2011, p.85-86).

Isso posto, temos que na contemporaneidade a dimensão política ganha destaque quando colocamos em cena o próprio conceito de política pública na perspectiva do avaliador. Nesse contexto, a escolha pela Avaliação em Profundidade rechaça a neutralidade científica e entende a política pública como instrumento de promoção da cidadania, justiça social, equidade e emancipação (CRUZ, 2019, p. 14). A implementação dessa perspectiva na Avaliação em Profundidade, embora seja um desafio, vem sendo enfrentado pelos Pesquisadores do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EPISTEMOLÓGICO DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Considerado aqui um dos pontos de inflexão entre a avaliação em profundidade e outras perspectivas hegemônicas de avaliação (que intencionam "medir"), o nível epistemológico revela o sentido de se avaliar que, entrecruzando-se com as outras dimensões citadas, desenha uma perspectiva de "compreensão" hermenêutica de uma política pública.

Rodrigues (2008) em suas proposições iniciais sobre essa perspectiva, aponta que esta deve ser 'extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional', em busca da 'integração das diferentes dimensões contempladas, permitindo uma melhor apreensão do programa como um todo' (p. 11). Com aporte em Lejano (2012), ressalta que a multiplicidade dos modelos experienciais, tal como é nesta perspectiva, traz para o escopo da avaliação 'reflexões e modificações continuadas e uma compreensão muito mais ampla da dinâmica da política em processo' (p. 10). Para tanto, sugere o recurso às Ciências Sociais e, em especial, à Antropologia, na intenção de apreender uma 'visão crítica sobre a formulação e implementação das políticas' (p.10).

É nesse sentido que Gonçalves (2008), ao tratar das tensões subjacentes às políticas públicas no que tange aos valores implícitos na sua formulação, avança na construção de um olhar etnográfico, com destaque a dois pressupostos epistemológicos: ressignificação e totalidade. Ao trazer para o centro da discussão os conflitos entre os valores que 'se pretendem universais (hegemônicos)' e 'as tradições culturais particulares', a autora sustenta que as políticas ou programas e, em última instância a avaliação, tocam conflitos de ordem econômica, relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias, cultura, geografia, rede de proteção social, concepções e projetos de desenvolvimento local e sistema educacional, na forma de uma avaliação em profundidade.

Mais tarde, em outro artigo, Rodrigues (2011) indica que essa apreensão é essencial na busca de significados da política, tanto para os que formulam quanto para quem a executa e a vivencia. Logo, essa perspectiva multi e interdisciplinar deve levar em consideração as 'dimensões relevantes de uma política em foco', buscar aportes na ciência política, na sociologia, na economia, na história, na antropologia, no direito e outras mais específicas à política em tela (RODRIGUES, 2011), sem perder de vista as particularidades da política, como tempo de existência, trajetória ao longo do tempo, os objetivos e a problemática construída da pesquisa.

Gussi (2014 e 2015) acrescenta à essa dimensão sócio-política, o caráter cultural, ao considerar as relações entre os 'distintos sujeitos sociais envolvidos nas políticas, imersos em universos de sentidos e significados nos contextos de suas culturas'. Em outras palavras, propõe um '*ethos epistemológico*' mais estruturado e crítico, capaz de compreender a política a partir da diversidade de atores institucionais e os contextos em que são implementadas.

É, pois, quando Gussi (2015) inicia a discussão avaliação de políticas públicas, destacando que, para além de superar os limites dos modelos convencionais, uma avaliação contra-hegemônica, tenha como horizonte:

'uma avaliação baseada da experiência empírica dos programas/políticas, atentando para como são executados no seu cotidiano institucional e fora dele; uma avaliação baseada na construção das trajetórias institucionais dos programas/políticas em foco, associadas às trajetórias de vida dos participantes (Gussi, 2008); uma avaliação participativa, com foco no ponto de vista de distintos sujeitos institucionais e/ou beneficiários acerca dos programas e políticas, que resulta numa compreensão hermenêutica da política e não no seu julgamento final; uma avaliação com a articulação entre o texto do programa (marcos legais, conceitos, objetivos e ações) e os seus distintos contextos: histórico, econômico, político e social (Lejano, 2012); uma avaliação que permite a formulação de novos indicadores sócio-culturais, construídos na/com a etnografia, chamando atenção para outras dimensões, tais como, sociais, culturais, políticas e ambientais (Gonçalves, 2008); uma avaliação em profundidade (Rodrigues, 2008, 2011), sob uma perspectiva antropológica, como um campo epistemológico acerca da "avaliação em profundidade" de políticas públicas de caráter social (GUSSI, 2015, p. 22-23).

Em Gussi (2015) e Gussi e Oliveira (2016) tais aportes colocam como possibilidade a problematização das formas, usos e intencionalidade da avaliação de políticas públicas frente ao crescimento da demanda pelo Estado. E interpela as seguintes perguntas: para que avaliar? Como avaliar? Avaliar, para quem? Qual o sentido de avaliar políticas públicas no atual contexto político brasileiro? Segundo afirma, tais questões apontam para a 'necessidade de construção de outros parâmetros de avaliação que vão além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos e se distanciem da agenda política e do modelo técnico-formal de avaliação' (GUSSI, 2015, p. 1).

Na intenção de sistematizar como essa perspectiva epistemologicamente contra- hegemônica (experencial), base epistemológica da avaliação em profundidade, se diferencia do modelo hegemônico (positivista), Rodrigues (2016) aponta os principais pontos de inflexão:

Em discussão recente, Cruz (2019) salienta que o ponto central de diferenciação dos enfoques contra-hegemônicos é a apreensão de subjetividades, pois é este um elemento fundamental na apreensão de nuances e tensões que emergem no fazer avaliativo. Aproxima-se, então, do campo da análise, da compreensão e da construção de indicadores com base em dados qualitativos. Considera, ainda, que se utilizar de tal perspectiva:

Quadro 1– Modelos Positivista e Experiencial

Dimensão	Modelo Positivista	Modelo Experiencial
Lógica	Linear	Não linear
	Hipóteses isoladas do empírico	Interação pesquisador /empíria
	Teste de hipóteses	Teoria emerge da prática
Natureza do conhecimento alcançado	Resultado de análise de dados estatísticos (survey).	Multidimensional: diferentes tipos de dados e informações.
Análise	Teste de hipóteses	Hermenêutica -Holística
	Resultado final: correlação ou não com as hipóteses;	Integração das diferentes dimensões contempladas
	Crítérios: replicabilidade e confiança.	Crítérios: autenticidade da descrição da política como experiência
Objetivos	Prova estatística	Compreensão ampla e processual da dinâmica da política
	Respostas pontuais	Possibilidade de ação

Fonte: Elaboração própria a partir de Lejano (2012, p.219-223)

“Trata-se de perceber como as políticas se desenvolvem, para quem se destinam, qual sua extensão e multidimensionalidade, quais os efeitos alcançados, a que custo ocorreram e, ainda, que dados apontam para a construção de novos indicadores que permitam avaliar a política de forma ampla, densa e profunda” (CRUZ, 2019, p.15).

Percebe-se, então, que as contribuições dos mais variados autores, de diversos campos, sobretudo das Ciências Sociais Aplicadas, construíram ao longo dos últimos anos o que temos chamado aqui de sentido epistemológico da avaliação em profundidade e que remete ao seu sentido metodológico.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO METODOLÓGICO DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Sob a ótica de um Estado firmado em bases gerencialistas e neoliberais, o pensar avaliativo de políticas públicas, nos últimos anos, foi determinado por um modelo de ajuste político e econômico que buscou, dentre outras questões, a formulação de uma política de políticas públicas onde se primasse pela busca de resultados.

Neste contexto, a avaliação de políticas públicas, inclinou-se para transformar-se numa simples forma de mensuração analítica de resultados que, por meio de uma metodologia, muitas vezes, pré-definida, aferiria a eficiência, eficácia e efetividade dessas políticas públicas, ante o pálio das agências financiadoras internacionais (OLIVEIRA, 2011).

Inserido numa dinâmica da lógica positivista, esse modelo avaliativo, hegemônico, atual e impositivo, se mostra, contudo, insuficiente, restrito e incapaz de criar espaço para crítica da própria política, já que não leva em consideração os efeitos não previstos e que foram concebidos na trajetória da própria política, eis que se consideram principalmente, e apenas, os elementos de sua formulação e os seus princípios norteadores (CRUZ, 2019).

E, não se limitando a uma abordagem restrita e limitada, a avaliação em profundidade aperfeiçoa-se como uma perspectiva que prima por uma análise conjuntural do contexto (social, econômico, político, ambiental, institucional, etc.) a partir de dimensões específicas onde o levantamento de dados será ditado pelas especificidades contextuais e históricas da própria política em foco e das políticas a ela relacionadas.

Parte, portanto, de uma lógica não linear de análise de dados, diferentemente do observado na lógica positivista, tornando possível considerar a análise de indicadores socioculturais e políticos que limitam ou potencializam uma localidade, região ou nação, segundo Gonçalves (2008).

Assim, a partir de suas quatro dimensões analíticas: análise de conteúdo; análise de contexto; trajetória institucional de um programa e espectro temporal e territorial (RODRIGUES, 2008; 2011), a perspectiva de uma avaliação em profundidade de políticas públicas firma-se num propósito desvinculado de apenas um único enfoque avaliativo, mas, sobretudo, e a partir de uma gama múltipla de métodos, da interpretação dos sentidos daquela política avaliada:

Concordando com a ênfase dos interpretativistas no lócus empírico como fonte de conhecimentos a orientar os processos de implementação de programas, bem como sua avaliação; na noção de processo como balizadora de toda avaliação, em contraposição à lógica linear presente nos modelos positivistas de análise; e na assertiva de que o conhecimento produzido tem múltiplas dimensões, conclui-se, portanto, que o esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendido a partir de diferentes tipos de dados e informações: questionários em novos e variados formatos; grupos focais que inovem em relação às propostas tradicionais; entrevistas de profundidade aliadas às observações de campo; análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas; abordagem cultural, com compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo programa; etc.(RODRIGUES, 2008, p. 11).

Neste saber avaliativo, a escolha por métodos e técnicas perfaz-se conforme o nível de integração do pesquisador, tendo como referência sua formação técnica, as problematizações suscitadas e seu engajamento político-institucional.

Gussi (2008), por exemplo, utilizando-se da perspectiva de avaliação em profundidade, e considerando a importância do caráter institucional das políticas públicas, na medida em que busca perceber o grau de coerência e/ou dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais, trabalha a construção de uma perspectiva metodológica a partir da etnografia, tomando como base Bourdieu (1986), corroborando com os ideais compartilhados por Rodrigues (2008, 2001, 2017), Gonçalves (2008), Gonçalves e Gussi (2011), já que esse procedimento metodológico, de natureza qualitativa, permite apreender as representações, a visão de mundo e a perspectiva dos atores envolvidos nos programas sociais.

Diante disso, a construção, portanto, dos elementos (metodológicos, técnicas, etc.) que darão subsídios à avaliação se dará a partir de/ no campo. O pesquisador/avaliador observa a realidade e, a partir de sua perspectiva, reflete e realiza a construção das falas dos sujeitos com o contexto, com a institucionalidade da política, promovendo o alcance a partir da realidade apresentada e vivenciada no seu campo de pesquisa, apresentando os significados que aquela política representa para os atores.

É nessa linha de entendimento que a avaliação em profundidade vai tomando forma, escopo e fundamento, sem, contudo, se limitar a padrões de investigação que limitam a atividade investigativa ou que se auto complementam, promovendo barreiras a atividade investigativa.

Nessas avaliações, vozes e contextos encarnados pela política são escrutinados. As hipóteses surgem da articulação entre pesquisa empírica e reflexão teórica, de forma que os dados provêm de fontes diversificadas de informações: bibliografias, documentos, *surveys*, observações diretas e/ou participantes, grupos focais, entrevistas, registros fotográficos e filmicos.

O avaliador chega perto da realidade observada e dos sujeitos contemplados pela política. No campo, ele pergunta, indaga, anota, registra, sente odores, escuta opiniões, percebe posicionamentos e, ao mesmo tempo, reflete sobre seu lugar. Fatos e valores estão intimamente relacionados, cabendo o controle da subjetividade. Tudo isso requer compreensões sobre os pressupostos filosóficos que alicerçam os paradigmas científicos e também treinamentos teórico-metodológicos para clareza na escolha dos quadros teóricos importantes na mediação dos dados, bem como dos métodos e das técnicas adequados para coletar dados empíricos que respondam questões. (CRUZ, 2019, p.11).

E essa amplitude metodológica remete o conceito da perspectiva de avaliação em profundidade, simbolicamente, a uma ideia de multireferências, pois contempla vários destinatários das políticas e os significados que dão a elas, sem que se atribua a esses significados uma hierarquia de valores que tende a julgar sob o prisma de um único agente envolvido na política, fazendo com que o avaliador tenha a tarefa de, metodologicamente, ir a campo e construir, por meio da observação participante e das técnicas de pesquisa a ela concernentes, uma “etnografia da experiência” das políticas públicas, que constituirá a base de dados para a sua avaliação sob uma abordagem antropológica (GUSSI, 2014).

E, reforçando o caráter multidimensional desta concepção avaliativa, a abordagem qualitativa ganha destaque em relação à abordagem quantitativa.

No plano prático, isto implica que a avaliação não pode se restringir à análise de dados estatísticos resultantes da coleta de dados por meio de questionários, ainda que estes contemplem perguntas abertas e forneçam ao entrevistado espaço para colocar suas ideias. Isto porque a apreensão de significados exige a realização de entrevistas aprofundadas e abertas; ou seja, entrevistas que não conduzam o entrevistado à resposta e que não lhe cerceiem o campo de reflexão, já lhe apresentando perguntas que pressupõem razões para o sucesso ou não da política ou do programa em estudo, para a ocorrência de situações constatadas quando da realização de observações em campo, ou mesmo para esclarecimento de dados coletados por meio de questionários ou provindos de estatísticas oficiais. (RODRIGUES, 2011, p.57)

A análise estatística, por si só, não apresenta recursos suficientes capazes e se promover uma avaliação densa e ampla. Ao se aliar avaliação com análise de números, falas e teorias, as informações (por meio de indicadores, por exemplo) se organizam e conferem ao avaliador a possibilidade de tracejar a compreensão sobre o contexto no qual a política foi implementada e executada, seus deslocamentos por vias institucionais, suas bases conceituais, bem como suas promessas e feitos, conforme entende Cruz (2019), reforçando o viés multidimensional e livre da perspectiva dessa avaliação.

Dessa forma, a atenção sob essa ótica deve ficar atenta para que os recursos metodológicos possam permitir a análise da política sem separar trajetórias, concepções e bases conceituais, assim como os contextos nos quais estão inseridos (RODRIGUES, 2011).

Importa reforçar que essa construção, por assim dizer, atrela-se ao que propõe o modelo experiencial proposto por Lejano (2012), fincado em bases ideológicas pós-constructivistas e que tem em vista a ideia de que uma análise de políticas deve considerar as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos – seu caráter processual, contextual, dinâmico e flexível, só apreensível pelo entendimento de sua realização na prática (RODRIGUES, 2016, p. 105).

A partir dessa concepção, para a adoção de métodos e técnicas, o pesquisador não deve se preocupar com a elaboração de hipóteses, mas considerar apenas, inicialmente, alguns pressupostos inferidos da imersão em campo, de caráter exploratório, já que se funda numa proposta qualitativa, com inspiração etnográfica, mas que admite a integração com dados quantitativos e secundários.

Por ser uma avaliação que privilegia a interpretação das categorias de entendimento presentes nas políticas, nos discursos institucionais e nos depoimentos dos beneficiários das políticas; as noções de tempo (percursos, trajetórias) e espaço (territorialidade), a perspectiva antropológica (Gussi, 2008) se mostra coesa ao método qualitativo proposto pelos autores que vem trabalhando sua construção epistemológica no decorrer do tempo.

Assim, destaca Rodrigues (2016) que, dentro dessa sistemática, um dos recursos metodológicos que se destaca é a análise situacional (VELSEN, 1987). Isso porque referido recurso possibilita detectar as estratégias de escolha dos indivíduos, as estratégias de ação, a contradição entre normas e ação, os conflitos inerentes a uma situação e os mecanismos de resolução desses conflitos, flertando diretamente com o propósito da avaliação em profundidade.

Isso acaba por se mostrar como elemento capaz de se apresentar como uma proposição crítica à análise estruturalista que toma as regras como sendo o comportamento de fato, vê a sociedade de forma homogênea e assim minimiza as variações, contradições e conflitos existentes, privilegiando a estabilidade social.

Outro recurso pertinente à avaliação em profundidade de políticas públicas está no que Little (2006) nomeou por ecologia política, como cita Rodrigues (2016). Suas contribuições para a apreensão da dinâmica do conflito estão na identificação e análise dos principais atores envolvidos no conflito; identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território e análise dos atores e das distintas cotas de poder, servindo como adequado recurso metodológico para apreensão da dinâmica dos conflitos.

Neste caminho, a avaliação atende ao seu propósito quando a realidade informa ao pesquisador o que é essencial da política a ser avaliada. Métodos que se voltam a uma compreensão hermenêutica auxiliam nesse prospecto, aliado, obviamente, à capacidade de imersão do pesquisado/avaliador, dentro do que propõe a avaliação em profundidade.

Como, então, o pesquisadores/avaliadores tem operacionalizado e construído avaliações sob esta perspectiva? Vejamos a seguir algumas experiências exitosas alinhadas à perspectiva de avaliação em profundidade.

EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Na intenção de exemplificar como essa nova perspectiva de avaliação tem sido desenvolvida no seio no MAPP (UFC), resgatamos 3 dissertações à luz da proposta de Gussi (2016), que intenciona realizar uma análise sobre os resultados das políticas públicas no Ceará, nos últimos treze anos, por meio de uma análise da produção discente, utilizando-se como critério avaliações cujo desenho alcançam, em certa medida, elementos inerentes à abordagem da avaliação em profundidade sustentada ao longo desse artigo.

Logo, essa meta-análise buscou apreender: (i) perguntas de partida, objetivos e pressupostos ou hipóteses da avaliação; (ii) marcos teóricos: paradigmas de avaliação adotados, suas afiliações teóricas e autores; (iii) categorias analíticas específicas à política avaliada e como essas se articulam à avaliação realizada; (iv) utilização de métodos quantitativos e/ou qualitativos, além da triangulação de métodos e de análises de dados, buscando encontrar singularidades e inovações nos desenhos avaliativos; (v) resultados alcançados e produção de indicadores, e suas intencionalidades; (vi) o lugar epistemológico e político do avaliador e see como problematiza esse lugar, nos liames entre a subjetividade/objetividade na construção da pesquisa avaliativa.

UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA CREDIAMIGO

A produção de Silva (2010), intitulada 'Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza', exemplifica de modo peculiar como esse novo 'ethos epistemológico' (GUSSI, 2015) vem se constituindo ao longo das dissertações do MAPP-UFC. Antes de mais nada, Silva (2010) ressalta que seus valores pessoais, desenhados pela sua formação em Serviço Social e pela experiência participação na implantação do Programa Crediamigo como Especialista Técnico do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), oferecem-lhe 'o conhecimento empírico das condições de vida dos clientes que estavam no mercado informal e ingressaram no Programa Crediamigo' (p. 16).

No que se refere avaliação, propõe-se a avaliar os impactos do programa tendo pergunta de partida saber se '(I) houve mudança nas condições de vida dos clientes que ingressaram no Programa?'

(II) E se houve, em que medida essas mudanças têm relação direta com o Crediamigo?. Logo, seu objetivo geral aponta para avaliar os 'impactos do Crediamigo nas condições de vida dos beneficiários de baixa renda, verificando sua relação com os processos de inclusão social e a cidadania, isto é, pretendeu avaliar os impactos a partir da experiência dos seus beneficiários, tendo como horizonte uma perspectiva de democracia social.

Isso posto, apesar de inicialmente buscar aportes teóricos alinhados à perspectiva de avaliação de impacto, como Holanda (2006), Ala-Harja e Helgason (2000), a autora dialoga com autores da matriz crítico-dialética, ao trazer Silva e Silva; Yazbek; Giovanni (2006) e sua perspectiva de avaliação técnica e política da política (*apud* SILVA, 2010). Alinhadas a tal perspectiva, suas categorias centrais são a cidadania e a inclusão social, pensando como o programa em tela viabiliza tais dimensões. Para tanto, parte de uma abordagem quali-quati, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, realizando entrevistas em profundidade, subsidiando a apreensão da história de vida de 2 beneficiários do programa Crediamigo, antecedidas pela aplicação de 32 questionários que mapearam os seus perfis.

Em sua empreitada, Silva (2010) faz uma ampla análise de contexto do microcrédito, do nível mundial à realidade brasileira, problematizando questões como a mundialização financeira, o neoliberalismo e suas implicações para as políticas públicas, as configurações do mundo do trabalho entre a formalidade e a informalidade, pobreza e o microcrédito como via de inclusão social e efetivação da cidadania. Realiza, ainda, uma reconstrução da trajetória do programa de microcrédito do BNB, analisando dos seus primeiros passos (desenho) à implementação do programa, reportando-se aos seus dilemas referentes a cada reconfiguração institucional.

Por fim, seus indicadores transcendem à própria perspectiva de avaliação apontada no título da pesquisa, na verdade, produz indicadores eminentemente qualitativos sobre o programa, com foco na experiência dos usuários com a política e nas suas histórias de vida, expondo que os impactos na renda não necessariamente resultaram em impactos nas suas condições de vida. Sua recomendação final é que o Crediamigo precisa 'integrar-se com outros programas, buscando a inter-relação entre as diversas políticas para obter melhores resultados e acessos igualitários em renda, inclusão social e cidadania, favorecendo mudanças sociais e melhores condições de vida' (SILVA, 2010, p. 147).

Uma experiência prática de avaliação em profundidade do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS)

O trabalho de Almeida (2012), propõe uma avaliação do impacto promovido a uma rede de economia solidária - Associação das Mulheres em Ação (MA/Budeg'AMA) - a partir da Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), gerido pelo Banco do Nordeste.

Ante a trajetória da experiência profissional da autora, enquanto analista bancária do Banco do Nordeste e pesquisadora, ela buscou trabalhar, dentro da perspectiva de avaliação em profundidade, mais precisamente sobre uma das dimensões avaliativas, a saber, a dimensão do contexto (RODRIGUES, 2008, 2011, 2016), trazendo para sua avaliação, o olhar das mulheres envolvidas no projeto, tracejando recortes que se complementam a partir de uma concepção de adequação (e certa resistência) e discrepância ao modelo de estado neoliberal implementado no Brasil nas últimas décadas. A criticidade envolvida na avaliação empreitada torna-se referência quando a autora tenciona elementos políticos, sociais, econômicos e culturais frente ao objetivo do programa, que serve como uma forma alternativa ao crescente desemprego estrutural brasileiro.

Toma como referência a avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008, 2011, 2016) eis que esta traz em seu conceito de avaliação o paradigma interpretativo e a dimensão da compreensão, a fim de se conhecer o grau de coerência e/ou dispersão do que se pretende avaliar.

Em seu labor, aprecia toda a formulação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) e sua interface com a economia solidária, de modo a tornar compreensível a conjuntura em que ele se insere e viabilizar uma avaliação dentro dos moldes que procura.

Para tanto, inaugura o debate sobre o contexto político da economia solidária no Brasil, a partir da crise do capital, que ocorreu no Brasil nas três últimas décadas do século XX, com a aplicação da política neoliberal e do surgimento da prática da economia solidária até o delineamento da trajetória das políticas de economia solidária no Banco do Nordeste do Brasil, especificamente o PAPPS, entre o período de 2005 à 2011.

Partindo de autores como Holanda (2006), Ala-Harja-Helgason (2000) e Roche (2002), a autora se utiliza de uma abordagem quanti-quali para proceder com a captura dos dados. Desse modo, por meio da sondagem quantitativa, foi possível conhecer o perfil socioeconômico das mulheres que participam da AMA/Budeg'AMA, mediante aplicação de surveys e, por meio de abordagem qualitativa, foram realizadas observações de campo, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade, sendo recolhidas percepções aprofundadas das participantes da AMA e dos agentes institucionais Cáritas e BNB, sobre o PAPPS e os empreendimentos de economia solidária em geral.

Observa-se que, dentro de uma perspectiva metodológica, a autora firma suas bases sob abordagens que lhe dão o suporte suficiente para analisar o contexto em que a política está situada e, com isso, aferir o impacto do programa para as pessoas envolvidas.

No seu trabalho, a autora, ainda que indique que a economia solidária precise avançar, tem o mérito de apontar os resultados observados sob o ponto de vista social, ao esclarecer que o recurso modificou a sociabilidade das associadas; sob o ponto de vista econômico, onde mostra que o recurso aplicado pelo Banco do Nordeste, somado a outras ações realizadas, não consegue reproduzir, na prática, a autonomia econômica; sob o ponto de vista político, os resultados obtidos mostraram que as associadas encontram no trabalho coletivo motivações para levar adiante o projeto pessoal de autonomia, e, sob o ponto de vista ambiental, constatou-se a disposição e aptidão para o desenvolvimento de uma consciência que considera a preservação ambiental necessária.

UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO CARDIOVASCULAR

O trabalho de Pinto Jr. (2010), intitulado 'Avaliação da Política nacional de atenção cardiovascular de alta complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica', expressou um esforço do pesquisador/avaliador em aliar uma pesquisa que teoricamente possui todas as ferramentas para se consolidar de forma quantitativa e dar um viés qualitativo. Nesse sentido, foi realizado um trabalho que mesclou metodologicamente a pesquisa qualitativa e quantitativa, objetivando maior aproximação do objeto e análise mais aprofundada acerca do impacto nas demandas sociais (PINTO JR, 2010, p. 24).

Acerca da Avaliação desenvolvida, o autor estabelece indicadores quantitativo e delimitações dentro de um apanhado instrumental teórico, através da definição do Universo e Amostra e procedimentos de pesquisa e coleta de dados. O autor propôs a realização de entrevistas aliada com a pesquisa documental e bibliográfica.

Isso posto, após estabelecer os indicadores da pesquisa quantitativa, o autor dedica um tópico do trabalho para tecer considerações reflexivas acerca da implementação da Política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil, do qual fez parte. O relato dessa experiência resultou em uma publicação pioneira, intitulada *Reflexões sobre a formulação de política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil* (PINTO JR; RODRIGUES; MUNIZ, 2009).

Foi possível observar de maneira bem clara que embora uma Avaliação alicerçada tipicamente em indicadores quantitativos, o autor faz um relato de toda a trajetória de implementação da política, dos marcos legais e todo o espectro territorial e temporal. Nesse sentido, ele utiliza os eixos analíticos da avaliação em profundidade preconizada por RODRIGUES (2008), especificamente as dimensões de Análise de Contexto e Espectro territorial e temporal, sendo conforme estabelece o próprio autor, uma complementaridade da Avaliação quantitativa, dando maior profundidade aos dados e indicadores apresentados na metodologia. Ele trabalha valores como Equidade (p.65), Integralidade (p.68,69) e Regionalização (p.72). São utilizados como fontes no processo avaliativo autores como Boulmetis e Dutwin (2000), Hartin (1980) e Harja e Helgason (2000) que defendem uma avaliação sistemática que prioriza também o olhar da avaliação como ferramenta de conquista de direitos sociais (SILVA, 2008 *apud* PINTO JR, 2010, p.79).

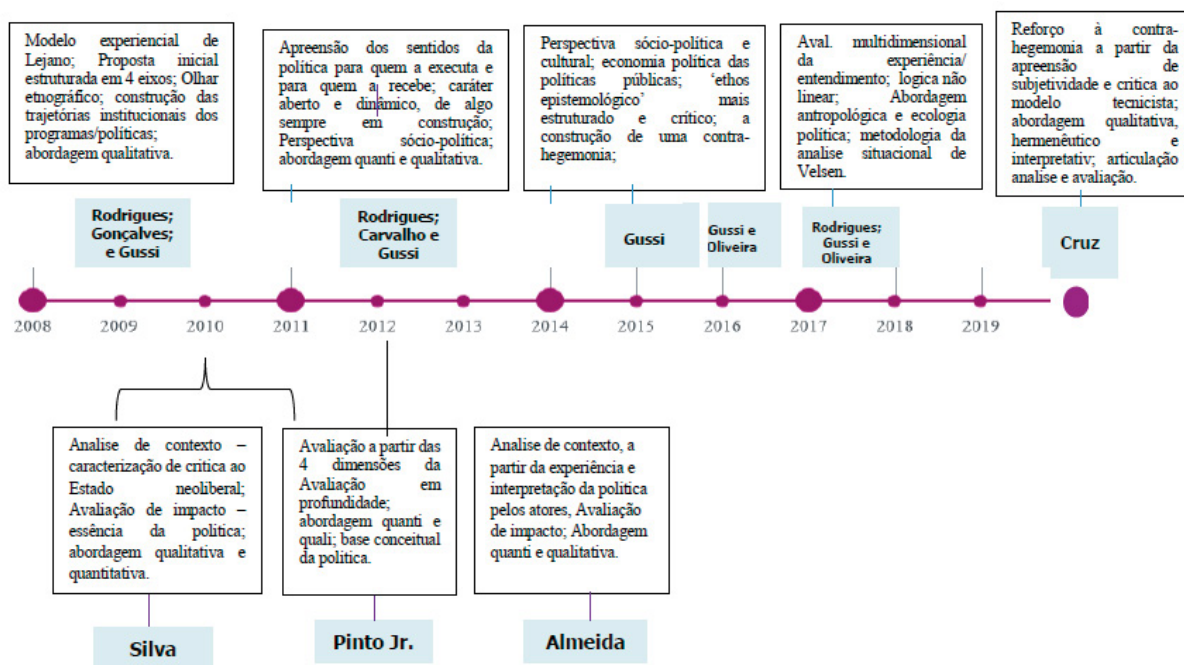
Por essa dimensão, foi possível concluir que o autor optou por uma Avaliação mista e sistemática, aliando uma parte das dimensões analíticas da Avaliação em Profundidade com indicadores quantitativos objetivando uma ampliação da dimensão compreensiva do processo, na perspectiva de resultados que influenciem a tomada de decisão focada em uma maior clareza e não prejuízo dos resultados (PINTO JR, 2010, p. 81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da avaliação em profundidade, pensada de forma mais ampla, a considerar os três dimensões abordadas ao longo desse trabalho, política, epistemológica e metodológica, revela o caráter dinâmico e aberto da proposta.

Observa-se que, apesar do esforço empreendido, é impossível pensar cada dimensão de forma isolada, como na perspectiva epistemológica e metodológica de outras perspectivas avaliativas ancoradas nas Ciências Naturais. São, na verdade, sentidos que se imbricam, com limites tênues, implicando um grande esforço analítico a quem se propõe a realizá-lo.

Contudo, tendo em conta essa empreitada, consideramos que a perspectiva de avaliação em profundidade já não pode ser mais considerada uma proposta 'nova', haja vista as contribuições de diversos autores dos mais variados campos do conhecimento, ao longo dos mais de 10 anos após sua formulação. De forma resumida, os marcos temporais dessa trajetória é representada pelo seguinte gráfico, sendo que nele estão inseridos as três dissertações analisadas:



Na evidência de um delineamento temporal, objeto do presente estudo, a Avaliação em Profundidade não pode ser caracterizada como um único caminho lógico a ser seguido. Sua construção se aformoseia com as nuances específicas de cada pesquisa, de cada política avaliada, de cada objeto estudado. Isso permite uma diversificação para além da perspectiva modelar da avaliação baseada em dados estatísticos positivados.

Logo, na busca pela compreensão da política pública e de seus significados, as dimensões política, epistemológica e metodológica se encontram e se fundem num emaranhado, nem sempre pacífico, de ideias, conceitos, experiências e sentidos.

Isso posto, observa-se que à medida que um *'ethos'* epistemológico orienta essa abordagem, constrói-se duas dimensões particulares. Em primeiro lugar, uma dimensão política, que pensa a avaliação de políticas públicas no bojo das tensões do Estado, diretamente influenciadas pela dimensão econômica. Assim, a avaliação em profundidade oferece elementos para se pensar: Para quem avaliar? Pode-se, então, dizer que o fazer avaliativo está sujeito à agenda dos governos e se desenvolve a partir das diretrizes institucionais, portanto, exposta aos interesses de uma ordem já posta.

Sem fugir da intencionalidade, das visões de mundo do próprio avaliador e de sua experiência, uma avaliação em profundidade deve evitar as amarras institucionais, ser autônoma, democrática, considerando o lugar de cada um dos agentes institucionais envolvidos do processo. No caso dos exemplos práticos apresentados (SILVA, 2010, PINTO JR, 2010 e ALMEIDA, 2012), os avaliadores/pesquisadores, apesar de seu vínculo profissional com a instituição avaliada, não se constrangeram ao apresentar indicadores que, em teoria, chocam com os objetivos e diretrizes das suas respectivas políticas. Eis o grande salto político: romper com o processo natural de apropriação da avaliação como exercício a referendar as ações executadas.

Logo, encaminha-se a segunda dimensão: Como avaliar? Intrínseca à dimensão anterior, a discussão desenvolvida a partir da proposta indica que não há um percurso metodológico pré- estabelecido, linear e fechado. Do contrário, é um arsenal de métodos e técnicas construídas conforme a complexidade e particularidade de cada política em avaliação. Por isso, orienta-se à perspectiva de integração de métodos e uso de métodos mistos. Ao longo das discussões desenvolvidas, têm-se autores que indicam a utilização de *surveys* aos que sustentam uma abordagem antropológica etnográfica.

A exemplo disso, Silva (2010) parte de uma perspectiva quali-quantitativa para aferir os impactos do Programa Crediamigo e realiza isso aliando aplicação de questionários e realização de entrevistas. Já Pinto Jr. Recorre a uma abordagem mais quantitativa, contudo, ao final, traduz os dados em indicadores eminentemente qualitativos. Por sua vez, Almeida (2012) certamente influenciada pela trajetória construída pelo MAPP até então, vai além: filia-se à abordagem quali-quantitativa, ao construir o perfil socioeconômico das mulheres que participam da AMA/Budeg'AMA, mediante aplicação de *surveys* e entrevistas semiestruturadas, mas acrescenta entrevistas em profundidade e observações de campo. Em outras palavras, não se construiu até aqui uma fórmula de avaliação, mas, sim, uma nova cultura de avaliação.

Contudo, ante a intensidade na coleta de dados e a busca por elementos que representem o entendimento e a interpretação da política pelos atores, é de consenso que a adoção de elementos relacionados com a Antropologia e Etnografia se apresentam com maior destaque, ante a própria essência primeira da Avaliação em profundidade (GEERTZ, 1978).

Com o passar dos tempos, evidenciou-se ainda métodos que ampliam o horizonte de mapeamento e tratamento e informações e que viabilizam a avaliação em profundidade, como a ecologia política (LITTLE, 2006) e a Análise situacional (VELSEN, 1987), fazendo com que a Avaliação em profundidade não se restrinja a métodos que podem reduzir o alcance pretendido.

Importante frisar que essas dimensões (e inquietudes) desenvolveram-se tendo como pano de fundo uma perspectiva particular de avaliação de políticas públicas. O Sentimento pós-construtivista (LEJANO, 2012) foi alargado e, agora, toma forma de um novo *'ethos'* epistemológico (GUSSI, 2014 e 2015), que responde: qual o sentido de avaliar? Avaliar, é também, compreender a experiência da política, leia-se, aproximar-se dos múltiplos agentes envolvidos, sobretudo, o que estão na ponta, os beneficiários da política. Não é meramente julgar, mas se trata de produzir uma compreensão sobre as políticas públicas por meio da avaliação.

Ressalta-se que as experiências práticas provam que essa perspectiva consiste, assim como seus pressupostos epistemológicos, um empreendimento analítico de alta complexidade e de grande esforço de realização. Ainda que exemplares, as experiências mostram que dar conta de avaliar em profundidade é algo difícil de se alcançar, ainda mais com uma equipe de pesquisa de número reduzida, como no caso de suas dissertações. Por isso fala-se em uma perspectiva, um esforço orientado pela proposta inicial de Rodrigues (2008).

Por fim, fica o convite e o desafio para que novos pesquisadores se arrisquem nessa empreitada, que as contribuições dos autores sejam ainda mais diversificadas, a incorporar outras experiências de outros campos e suas respectivas contribuições, que se tornam imprescindíveis frente ao contexto atual do país e os desafios das implementações de políticas públicas e suas avaliações. Afinal, desde sua gênese, a avaliação em profundidade foi e ainda é uma proposta aberta, dinâmica e um processo de construção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Glaucia Furtado Brasil de. **Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na experiência de economia solidária da AMA/BUDEG'AMA**. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Política Públicas – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2012).

BRAGA, Roberto Saturnino; BRAGA, Antônio Frederico Saturnino. **Positivismo e construtivismo nas teorias do conhecimento, da sociedade e das organizações**. 1ª edição. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUSSI, Alcides Fernando. **Mesa redonda: perspectivas contemporâneas em avaliação de políticas públicas**. Seminário MAPP – Março 2011 Auditório José Albano.

CRUZ, Danielle Maia. **Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas**. AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2019. (no prelo).

GONÇALVES, Alcília Ferreira. **Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais**. AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008.

GUSSI, Alcides. Fernando. **Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito**. AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008. p 29- 39.

_____. **Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica**. In: VALENTE, Heloísa de Araújo; PRADOS, Rosália Maria Netto.; SCHIMIDT, Cristina. (Org.). *Amúsica como negócio*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Discutindo paradigmas contra- hegemônicos de avaliação de políticas públicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1, 2015, Brasília. Anais... Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

_____. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica**. *Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Ed. Arte Escrita, 2012.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica**. *Revista Urutáguia - Revista Acadêmica Multidisciplinar -ISSN 1519.6178 (on-line)* Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR – Brasil. 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas**. In: PRADO, E. C.; DIÓGENES, E. M. N. (Org.). *Avaliação de políticas públicas: entre educação & gestão escolar*. Maceió, AL: Edufal, 2011.

_____. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. *Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2008.

_____. **Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios**. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 16, março 2011. (pg 55-73)

_____. **Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas**. *Revista Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

SILVA, Rita Josina Feitosa da. **Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Política Públicas – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2010).